

# Artigos

# 1

## Desigualdades culturais e modernidade periférica<sup>1</sup>

Gilberto Barbosa Salgado

### 1 Será perfumaria? Uma abertura com o tema da desigualdade cultural

Os peritos batizam as prazerosas fragrâncias dos perfumes de *nota*, assim como as sensações propiciadas pelos vinhos são denominadas de *palato*. Perfumes e vinhos podem também – e não só – iludir. Essa *ilusio*, como regra inversa, comentaria Lévi-Strauss, pode rumar contra o produtor e o consumidor, assim como para o produtor. A **cultura**, em seu sentido *lato*, tem sido tratada, no Brasil, como perfumaria, há séculos, ainda que seja uma de suas facetas civilizacionais mais ricas, como também muitas vezes o mesmo tratamento é dispensado à ciência. Nação que tem como traço cultural o bacharelismo como ordenador jurídico e normativo da modelagem de Estado e do desenho das políticas públicas e sociais, o país tem tratado a cultura como “algo menor”, “descartável”, “supérfluo”, “gordura ou excesso”, enfim, “perfumaria”, em especial se comparada à educação (e lamentavelmente dissociando-as), à saúde pública, à pobreza, ao bem-estar, ao acesso à justiça e às oportunidades.

A **desigualdade**, grave mazela de um país que ocupa a penúltima colocação na América Latina e uma das piores do mundo no que se refere ao tema, é sempre assinalada do ângulo da renda, da escolaridade, da entrada no mercado de trabalho, do acesso ao ensino superior, da pobreza e da miséria, da qua-

lidade de vida, da proteção à violência e à criminalidade, dos direitos do consumidor, da segregação étnica, do pertencimento formal ao mercado de trabalho, bem como da previdência e da seguridade social. É indubitável a importância desses temas, sendo patente que os estudos devam ser aprofundados, inclusive para desmascarar sua invisibilidade, certa *persona* incrustada nos meandros do poder. Portanto, não se questiona a importância dessas pesquisas na agenda das ciências sociais brasileiras, já que a desigualdade é uma das facetas mais marcantes da alta ou hipermodernidade, especificamente em contextos de países de modernização tardia ou periférica.

O objetivo desse artigo, no entanto, é salientar uma outra faceta dessa dimensão da desigualdade, talvez mesmo mais “sombria ou lunar”, que é a **desigualdade cultural**. Essa seria uma especificidade do cenário supra mencionado, tão importante quanto, com descontinuidades (no sentido em que Foucault empresta à expressão) nos estudos, análises e interpretações realizadas, cuja singularidade repousaria em uma série de “fossos culturais” e “mascaramentos identitários”, que podem ser assim sumariados: a ambiência de rede articulada para impedir operações de seleção e discriminação de informações; a transição de uma cultura fortemente transmitida por tradições oralizadas, com herança indígena, para uma cultura eletrônica – em poucas décadas – sem a demarcação de uma forte cultura letrada ou literária; a mídia, sobretudo a televisiva, operando como um poder “rizomático” (tal como postulou Deleuze) e, em certo sentido, com traços de **invisibilidade**; o controle social do lazer, da diversão e do entretenimento em locais públicos, pela incitação ao seu deslocamento para os mapas e trajetos da intimidade doméstica; o consumo mesmerizado e com repetições miméticas e caricaturadas de telenovelas; o teatro **besteirol** (inclusive em sua variante teledramatúrgica) como estratégia de mercado pastichizada face às grandes produções clássicas ou contemporâneas; o cinema

“virando as costas” às “inflexões de estilo” que o celebrizaram mundialmente, em nome de uma capitulação à velocidade e ao acabamento plástico da estética hollywoodiana (inclusive estetizando a violência e a miséria); o culto das celebridades e dos *reality-shows*, confirmando a previsão de Adorno de que a indústria cultural vende a igualdade de oportunidades para escolher uma só *starlet*; a onipresença radiofônica e fonográfica da música sertaneja como uma visão deformada das raízes da música caipira, justaposta ao controle mercadológico da indústria fonográfica sobre os grupos musicais que emergiram (*axé music*, por exemplo), ou por cópia dos padrões norte-americanos do estilo do *hip-hop*, do *rap* e do *funk*, porém com operações ideológicas em suas letras de aberto desrespeito e preconceito em relação às mulheres, mencionadas como “vadias”, “cachorras” ou “malvadas”; ou a proliferação de *magazines* direcionadas a um mercado de saúde, corroborando um **biopoder** que se manifesta pela medicamentação progressiva da sociedade, para gerenciar o risco e a incerteza.

Desse modo, há toda uma operação de **controle cultural** que, por raciocínio contrafactual *lega*, como efeito perverso, uma **desigualdade cultural**. Esse é o argumento central desse artigo que começará, na próxima seção, a delinear o campo disciplinar onde esse mesmo argumento pode ser analisado de forma verificável, ou, ainda, cuja lógica seja persuasiva, no sentido positivo da expressão. Na segunda seção, o caso brasileiro será debatido, já que em contextos de modernidade periférica as **desigualdades culturais podem ser perpetuadas e cronificadas**, como atestado sintomal de obstáculos a uma cidadania cultural. No interior da argumentação dessa parte, serão sugeridas, como desdobramento, políticas públicas e sociais para os *decision-makers* e *social operators*, enfim, os agentes que decidem ou executam programas governamentais de política cultural.

A capacidade dos sujeitos, em seus agenciamentos sociocul-

turais, de efetuar a transição das operações concretas e formais para as operações cognitivas abstratas e simbólicas, na acepção de Jean Piaget, e a capacitação reflexiva para as decisões de fundo valorativo moral e ético, tal como preconizou Lawrence Kohlberg, conformam um desenho possível de entrelaçamento da temática cultural com a educacional; no Brasil, longe de finalizada, talvez a ser realizada por **preceptores culturais**. Esse diagnóstico conformaria uma agenda para a cidadania cultural – agenda para mais de uma geração- de vital importância para a compreensão das tentativas ideológicas de colonização cultural disfarçadas. Isso caracterizaria um **campo disciplinar** dentro da Sociologia da Cultura, ou da Comunicação, cujos estudos nessa direção foram iniciados por Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Mário Brockmann Machado, para mencionar alguns nomes, ainda nos anos 1970 e 1980. No decênio de 90, do século passado, Esther Hamburger foi uma voz quase solitária no empreendimento dessas análises culturais. Enfoques antropológicos, mercadológicos, e ligados ao consumo, posto que ricos, pulverizaram a abordagem do tema, que pode ser “lido” em seu campo cultural como produtor de capital simbólico, ao qual sua inscrição intelectual dar-se-ia em uma **esfera pública abstrata**, na definição de Habermas, como no caso da mídia, mas não somente nesse exemplo. Esses autores aqui mencionados, e seus respectivos conceitos, justapostos ao argumento, serão esmiuçados nos próximos passos.

## 2 Uma reconfiguração do campo disciplinar

A reflexão acerca de uma reconfiguração do campo disciplinar da Sociologia da Cultura e da Comunicação pode, por analogia, iniciar-se com os caracteres que também promoveram hibridizações no que concerne a uma Sociologia da Ciência. Com efeito, a transição do período clássico formador dos grandes paradigmas

da Sociologia para o período do pós-guerra, mesmo que ainda sob influência das vertentes principais, propiciou a transição de uma Sociologia da Ciência para uma Sociologia do Conhecimento<sup>1</sup>. Foi justamente na Universidade de Edimburgo<sup>2</sup>, na Escócia, que, capitaneados por David Bloor, um grupo de pesquisadores constituiu um programa forte sobre Sociologia do Conhecimento, que avançava para além dos preceitos naturalistas de Karl Popper<sup>3</sup> e da noção de “revolução paradigmática ou científica”, de Thomas Kuhn<sup>4</sup>. Efeito secundário, mas não menos interessante, os estudos foram além de uma concepção positivista, ou de uma posição excessivamente relativizadora, propiciando as bases da noção do que seja um campo disciplinar nas Ciências Sociais e, por assim dizer, até mesmo nas Ciências Humanas.

O desafio de David Bloor, em 1976, ao escrever o seu seminal *Knowledge and Social Imagery*, era criar um “programa forte” sem abrir mão da transdisciplinaridade e, concomitantemente, avançar para além do antagonismo entre positivistas e marxistas. De fato, diversas disciplinas e correntes teóricas contribuíam, na ocasião, para os estudos sobre a ciência e o conhecimento: Filosofia da Ciência; Sociologia, Antropologia e Psicologia da Ciência; Filosofia da Linguagem, Filosofia Analítica, Pragmática da Linguagem, Linguística Estrutural, Formalismo Estético, além da Epistemologia e da Hermenêutica, sem mencionar extensivamente a herança de comunidades científicas tão díspares como Grupo de Oxford, Círculos de Praga e de Viena, ou Grupo de Paris – sem ordem cronológica.

Bloor conseguiu substituir as características mais ou menos consensuais anteriores pelas seguintes, sem hierarquia de importância: **causalidade**, **imparcialidade**, **simetria** e **reflexividade** (BLOOR, 1976). Tributários dessa proposta, sem, no entanto, subscrever *in totum* os argumentos, dois sociólogos, Karin Knorr-Cetina e Bruno Latour, e um antropólogo, Clifford Geertz, no decênio de 80 do século passado, ingressaram no “debate”.

Knorr-Cetina, em formulação próxima aos sociointeracionistas e aos cognitivistas, enfatizou a **contextualidade**, a **contingência** e a **situacionalidade** em contextos laboratoriais, advogando que são as Ciências Exatas e Naturais que, em certo sentido, copiam os modelos bem sucedidos hermeneuticamente das Ciências Humanas e Sociais (KNORR-CETINA, 1981). A esse argumento, Latour, em *Laboratory Life* e *Science in Action* (1987), acrescentou que os cientistas de fato tecem alianças, realizam negociações por verbas e divulgação, acumulam recursos e calculam seus passos, em operações também político-ideológicas. Por fim, Geertz (1983) argumentou que a ciência deixa uma “trilha”, cuja narratividade sintetiza uma “matriz paradigmática”, que propicia inventariar como cientistas passaram de uma “etnografia do pensamento” (sociológica, comparativa, interpretativa e empírica) para uma “etnologia do conhecimento” com, observe-se as expressões<sup>5</sup>, **processos, interações, convergências e categorias linguísticas** (GEERTZ, 1983), sendo possível, pois, uma metamorfose da descrição do pensamento em direção à interpretação, comparação e análise do conhecimento.

É possível, entretanto, e sem o receio de prejudicar o argumento, indagar: o quê tudo isso tem a ver com a Sociologia da Cultura? Como dar-se-iam as semelhanças nesses processos? A resposta plausível poderia ser **quase tudo**, contudo, claro está que é melhor dimensionar sua inflexão em consonância com o exposto na introdução.

Por conseguinte, a resposta inicia-se com o marxista inglês Raymond Williams. Um dos dois<sup>6</sup> líderes da corrente hoje conhecida como *Cultural Studies* (Estudos Culturais), cujo grupo organizara-se na universidade inglesa sediada na cidade de Birmingham, Williams, um marxista heterodoxo, foi a principal liderança intelectual e acadêmica, continuando, não obstante, a exercer enorme influência quando houve a diáspora dos principais temas e conceitos, ou seja, do *background* cultural da corrente,

para diversos países, inclusive o Canadá e os Estados Unidos, onde não só obtiveram na variante *Gender Studies* (Estudos de Gênero) uma confirmação de alguns pormenores de sua abordagem, como também inspiraram diversas categorias ideológicas e gnosiológicas referentes ao que atualmente se estabelece como política do reconhecimento<sup>7</sup>, com suas “derivadas” referentes aos movimentos feministas, de homossexuais, étnico-raciais, ambientalistas, *beatniks*, *hippies*, e de esoterismo *new age*, além de outros movimentos alternativos (ao menos na origem), mesmo que existam discordâncias no interior dessas subcorrentes.<sup>8</sup>

Sendo assim, a *Cultural Studies*, ou o grupo de Birmingham, constituído a partir de um centro de estudos, o Centro de Estudos em Cultura Contemporânea, iniciou suas pesquisas a partir da seguinte pauta transdisciplinar<sup>9</sup>: incorporação de um conceito sociológico de cultura sem abrir mão do diálogo com a Antropologia; reflexão crítica passando pela temática midiática, justaposta à cultura, a partir de uma visão menos pessimista, mas influenciada pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especificamente as obras de Walter Benjamin e Theodor Adorno<sup>10</sup>, embora sem esquecer Herbert Marcuse e sua visão do homem unidimensional; diálogo aberto com a Escola de Konstanz (Jauss e Iser), sem aceitar, na totalidade, a ideia de prefiguração aberta do texto pelo leitor, e, sim, tratando-a com limites; debate franco com todas as correntes da crítica literária, inclusive o pós-estruturalismo francês e, *last but not least*, influência prioritária do marxismo de Antonio Gramsci, pela noção de hegemonia.

Fundamentalmente, Williams insistiu na formulação de Estudos Culturais eminentemente críticos que, como tais, deveriam *in limine* dialogar com teorias que contivessem noções também críticas. A aposta do teórico e crítico inglês era na correlação entre a formação cultural<sup>11</sup> e os movimentos sociais, pela compreensão desses mesmos **processos**, interpretados pela articulação das noções de hegemonia, cultura e ideologia. Deste modo, em uma

de suas últimas obras, uma espécie de manifesto testamentário<sup>12</sup>, *Cultura* (1992), o autor estabelece em capítulos uma espécie de programa sintetizador dos pontos sobre os quais a corrente deveria debruçar-se em suas análises: **instituições, formações, meios de produção, identificações, formas, reprodução e organização**. Porém, é no primeiro capítulo, que recebeu a alcunha de “Com vistas a uma Sociologia da Cultura”, que o autor retoma a questão disciplinar já trabalhada em livro anterior<sup>13</sup>. Ao insistir nos pontos concernentes à análise cultural das instituições, seus efeitos e conteúdos, Williams assim define o campo disciplinar de uma Sociologia da Cultura:

Em suas formas mais recentes e atuantes, [ela] deve ser vista como uma convergência de interesses e métodos muito diversos [...] um agrupamento indefinido de estudos de especialistas, quer em comunicações, em sua forma especializada moderna de ‘meios de comunicação de massa’, quer no campo bem diversamente especializado das ‘artes’ (1988, p. 9-10).

Para utilizar o desdobramento dessas noções de Raymond Williams, o neomarxista norte-americano Fredric Jameson preconizou uma lógica cultural essencialmente hermenêutica dentro do capitalismo tardio, onde a narrativa e a interpretação concebiam a literatura como “ato socialmente simbólico” (JAMESON, 1992, 1997). De tal maneira, cultura, comunicação (mídia), literatura e artes seriam campos posicionais precipuamente entrelaçados. Não faria sentido, grosso modo, as subdivisões Sociologia da Cultura, Sociologia da Comunicação - ou da Mídia -, Sociologia da Literatura e Sociologia da Arte, se as implicações desses campos disciplinares mais do que se tangenciariam, visto que englobar-se-iam. Douglas Kellner, em sua obra *A Cultura da Mídia* (2001), ao comentar o legado dos Estudos Culturais, a partir da recuperação da influência frankfurtiana, focaliza-as – Frankfurt e Birmingham - como heranças teóricas constitutivas

de uma **teoria da cultura** que, ao mesmo tempo, dependeriam das “problemáticas da **teoria social contemporânea**” (KELLNER, 2001, p. 47-51, grifo do autor) Esse autor também se recusa a separar os campos mencionados anteriormente e ainda adverte que isso seria uma forma de reificação desses mesmos campos, posição esta que é seguida de maneira similar por outros autores (YÚDICE, 2004; BHABHA, 1998).

Com efeito, a temática da cultura ganhou enorme abrangência após a queda do muro de Berlim, quando certo esgotamento inexorável das energias utópicas, o deslocamento da bipolaridade ideológica, somados ao desgaste das explicações econômicas da economia política marxista legaram aos intelectuais duas possibilidades. Uma primeira, a política, foi rapidamente sufocada pelos mecanismos fabricantes de concordância mercadológica que receberam a alcunha de Consenso de Washington, justapostos à supremacia neoliberal, por dez anos, ou mais, nos países centrais (a década de 1980 e parte da década de 1990), e por outro período semelhante (o decênio de 90 somado a esse início de século) nos países periféricos. A política tornou-se “desinteressante”<sup>14</sup>, supérflua ou pulverizada pela plethora de ONGs e demais organizações do terceiro setor - na interpretação de alguns, seguindo uma das muitas previsões toquevilleanas, a de que política passaria a ser feita nesse setor (com uma agenda de microtemas), que o ensaísta francês chamava de associações civis e filantrópicas. Restou a segunda, isto é, esse vasto continente denominado cultura.

A onipresença da cultura conduziu até mesmo um autor especializado em política internacional a saudá-la: Immanuel Wallerstein (1998) definiu-a como “campo de batalha ideológico” do sistema mundial moderno, considerando-a como “o mais amplo conceito” jamais utilizado nas ciências sociais e históricas. Sua inserção na alta modernidade, ou na hipermodernidade, poderia, decerto, hipertrofiar o primado da imagem, mediatizando todas as suas facetas, de tal modo que até mesmo a

literatura seria afetada: “A mídia literatura? ou, a literatura como mídia?”, interroga-se, julgando a questão procedente e legítima, Hans Ulrich Gumbrecht, caudatário do pensamento da Escola de Konstanz e de seus expoentes Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser (GUMBRECHT, 1998b)<sup>15</sup>.

Em formulação até certo ponto analógica e similar à de Jurgen Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa*, todavia não propriamente idêntica, Gumbrecht defende, na sua obra *Corpo e forma – Ensaios para uma crítica não-hermenêutica* (1998a), um giro linguístico nas conseqüências postergadas da estética da recepção, aceitando “a absoluta ausência de uma teoria hegemônica” (1998a, p.144).

Ao considerar como “ponto pacífico” que um campo não-hermenêutico envolveria, por excelência, uma operação básica de desreferencialização, consoante que o objetivo primordial, como já dito, seria retirar o excesso de referências, Hans Ulrich Gumbrecht, ao enfatizar a pluralidade como traço essencial das ciências humanas, tal como outros nomes da segunda geração da Escola de Konstanz<sup>16</sup>, apontou a seguinte “mudança de paradigma”:

[...] como uma conseqüência da estética da recepção, a integração dessa nova forma de crítica literária na sociologia da comunicação que está, ela própria, em processo de constituição [...] A constituição da crítica literária como uma subdisciplina da sociologia da comunicação não implica em absoluto sua submissão hierárquica a uma ‘metadisciplina sociológica’ (1998a, p. 24, 28).

Seu predicado, portanto, estaria encravado em uma fusão da crítica literária e da Sociologia da Literatura dentro do campo da Sociologia da Comunicação. Para Gumbrecht, seus fundamentos alicerçar-se-iam em uma compreensão do entendimento textual como uma “teoria geral da ação cognitiva” (GUMBRECHT, 1998a, p. 35). Ainda assim, o autor confirma a proximidade com o cerne

da teoria habermasiana: “O trabalho crítico poderia beneficiar-se em todos estes campos ao encravar-se numa Sociologia da Comunicação, a qual deverá ser concebida como uma teoria da ação comunicativa” (GUMBRECHT, 1998a, p. 46).

Como se pode depreender do argumento alinhavado anteriormente, onde Gumbrecht sinaliza a **Sociologia da Comunicação** como o campo disciplinar galvanizador dos estudos, seja em cultura, mídia ou crítica literária, Williams certamente enxergava as possibilidades catalisadoras em uma **Sociologia da Cultura**, também como campo disciplinar. Possivelmente, Pierre Bourdieu situar-se-ia em uma posição intermediária, conquanto que, sem discordar dos argumentos cruciais de Williams e de Gumbrecht, tanto em *As Regras da Arte* (2005), quanto em seu *Distinction – A social critique of the judgement of taste* (1986). Ressalve-se que a primeira obra mencionada é de 1992 e a segunda de 1979.

Se em *As regras da Arte* Bourdieu certamente indica as características do campo<sup>17</sup> disciplinar de uma Sociologia da Cultura ou de uma Sociologia da Arte, em *Distinction* o leitor pode defluir uma Sociologia da Estética. Sua noção de “campo” lembra a elaborada por Susan Sontag (1987), de tal modo que o sociólogo francês sublinha, nos anos de 1960 e no ideário “de esquerda”, as publicações em línguas inglesa e francesa que auxiliaram a demarcação territorial: *Les Temps Modernes*, *Partisan Review*, *New York Review of Books*, *Nouvel Observateur*, *Critique*, *Tel Quel*, *Le Monde* e *L’Express* (Bourdieu, 1986).

Pierre Bourdieu assinala, entre os caracteres do campo científico, aspectos e pormenores que podem ser inferidos para a própria ampliação da noção de campo, que o autor desenvolve em quase todas as demais obras: autoridade, interesse, reputação, competência, vocação, prestígio, reconhecimento, originalidade, valor distintivo, trocas, estratégias de conservação e de transgressão (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983). Esse campo é, também, **organizado**, possui seus *habitus*, cujas ilações se dão pelo próprio

curso reflexivo da ação dos indivíduos<sup>18</sup>e, pode-se aludir sem receio de erro, sua estrutura e funcionamento abrangem uma estrutura-estruturada e uma estrutura-estruturante, ou, dito de outra maneira, instituinte e instituída.

Sem temor da simplificação do argumento, pode-se encerrar essa seção com o seguinte ponto: o **campo disciplinar** circunscreveria, decerto, cultura, comunicação, mídia, literatura, crítica literária, artes e estética. Talvez não importe tanto se a nomenclatura definidora seja Sociologia da Cultura, como queria Raymond Williams, ou uma Sociologia da Comunicação, como postularam diversos autores. A argumentação de Gumbrecht, ao peticionar por uma teoria da ação cognitiva próxima à teoria da ação comunicativa de Habermas, não obstante, também se evidencia como uma proposta instigante. Um derradeiro ponto: Theodor Adorno observou que tratava-se de compreender a sociedade **na** arte, e não as relações entre sociedade e arte. Essa lógica de raciocínio parece fundamental para os pontos mencionados no parágrafo.

### 3 A cultura entre a cidadania e a desigualdade: efeitos perversos

Cabe recuperar, brevemente, os passos desenvolvidos até aqui. Na primeira parte desse artigo foi tecida uma argumentação relacionando o tema da cultura ao tema da desigualdade. Nesse sentido, foi demonstrado que existe uma **desigualdade cultural**, assim como se postulou que a mesma não é perfumaria, se comparada às demais modalidades de desigualdade, igualmente excludentes. Em sequência, na segunda parte foi definido exaustivamente o campo disciplinar em que se localizaria essa desigualdade, no que diz respeito às relações entre cultura, comunicação, estética, mídia, artes, crítica literária e a própria literatura. Agora é preciso demonstrar a lógica e os efeitos dessa

desigualdade cultural, cujo enraizamento resulta no oposto a uma “cidadania cultural” (YÚDICE, 2004). Logo, a desigualdade cultural seria antagônica à cidadania cultural. Caso não existam sedimentos, ou seja, bases cimentadas para a universalização da cultura, poderão ocorrer efeitos nocivos, como a última parte explicitará.

Jean Piaget, psicólogo suíço, produziu notável obra, na qual se destacam, eminentemente, dois livros.<sup>19</sup> Em seus estádios (ou estágios), também denominados de etapas – quatro ao todo - Piaget esboçou uma epistemologia genética dos processos de aprendizagem, que até os sete anos de idade envolveriam duas fases: o período sensório-motor (até dois anos) e o pré-operacional (até os sete anos). A partir daí a criança entraria, até os doze anos de idade, no terceiro estágio, denominado de estágio das operações concretas. A heterogeneidade entre números e noções de quantidade e densidade seriam ainda rudimentares ou em formação, tais como as noções de tempo, espaço, número e lógica, além da correspondência algébrica e da linguagem. Um adequado e estimulante desenvolvimento nessa fase já preparariam as operações simbólicas e abstratas, visto que na teoria de Piaget existem platôs (*decalâges*) que emergiriam no pensamento abstrato e simbólico da quarta etapa, onde os preceitos lógicos e causais seriam compreendidos pela experimentação constante (aprender fazendo e compreender aprendendo), de forma que propiciaria o desenvolvimento da linguagem em seu sentido fabulativo, metafórico e abstrato-formal, mais forte ainda quando adulto, porém, vale o grifo, nem sempre incentivado. É importante perceber que em Piaget as etapas podem se adiantar ou atrasar. No último caso, haveria manifestas dificuldades com o raciocínio causal, além de um fechamento cognitivo e locucional, prejudicando a linguagem, falada ou escrita, mas, fundamentalmente, imaginada.

Infelizmente os problemas não permanecem estacionados

nesse ponto. Bárbara Freitag (1992, p. 176-179), não obstante, assevera que também os julgamentos morais, além da linguagem, da cognição e do pensamento lógico, poderiam sofrer prejuízos. Tanto Jürgen Habermas quanto Bárbara Freitag<sup>20</sup> são unânimes em perceber que a *Teoria dos juízos valorativos e ético-morais, ou da Consciência moral*, de Lawrence Kohlberg, amplia - universalmente e dentro do cognitivismo - a teoria de Piaget, ainda que ambas sejam relacionáveis.

Kohlberg dividiu suas etapas dos juízos valorativos e morais em seis: primeiramente, o estágio do castigo e da obediência, seguido, em segundo lugar, do estágio do objetivo instrumental e da troca, baseados em puro hedonismo. Esses dois primeiros estádios caracterizariam um nível pré-convencional. Em um nível convencional estariam o terceiro e o quarto estádios, sendo o terceiro ligado a expectativas interpessoais mútuas (relacionamentos, por exemplo) e o quarto, relativo à preservação do sistema social e da consciência. Após essas primeiras quatro etapas, de acordo com Kohlberg, entraria em cena o nível pós-convencional ou baseado em princípios. No quinto degrau do aprendizado moral estariam situados os direitos originários, por contrato social e/ou utilidade, sendo que, no sexto e último estágio, sempre compreendido como aprendizagem e experimentação (tal como em Piaget), o estágio dos princípios éticos universais, seriam internalizados os valores humanitários<sup>21</sup>.

A articulação dos postulados da epistemologia genética de Jean Piaget com os juízos valorativos e morais de Lawrence Kohlberg sinalizam um caminho possível para pensar o caso brasileiro: em primeiro lugar, a partir de Piaget, uma “situação ideal”, a aquisição e o domínio complexo do raciocínio cognitivo e da linguagem, enquanto que, com Kohlberg, a situação idealizada englobaria juízos morais e éticos de inscrição cidadã e implicações humanitárias. Esses pormenores são trajetos não menos importantes de uma cidadania cultural. Trata-se da preparação

para o usufruto e a utilização ferramental daquilo que de melhor a cultura pode oferecer a um ser humano. Todavia, é plausível indagar: e se for o contrário? E se o cenário estrutural da nação tiver como fechamento uma inexorável desigualdade cultural? Nesse caso, os problemas resultantes seriam as dificuldades com a linguagem e a aquisição do simbólico e, em consonância, a incompreensão de preceitos éticos morais, no que concerne aos valores. Daí o déficit de cidadania, de compreensão de direitos e deveres, como também de uma base universal sócio-humanitária.

Fica patente, no caso brasileiro, a inserção nesse “mapa” desigual, onde não há topografia coerente: ou se está diante de hiperalfabetizados com acesso à tecnologia e aos direitos sociais, compreendendo a utilização da ambiência de rede para operações de discriminação de informações e seleção de pautas temáticas, ou de protoalfabetizados<sup>22</sup>, excluídos do mundo da linguagem complexa e da racionalidade concernente a valores, de tal forma que a **corporalidade** brasileira torna-se, nesse diapasão, uma saída impreterivelmente pré-reflexiva, geradora, no limite, daquilo que Jessé Souza, ampliando a classificação de Pierre Bourdieu, denominou de “*habitus* precário” (SOUZA, 2006). A modernização brasileira, periférica, sem dúvida, seria, deste modo, “seletiva” (SOUZA, 2000), caracterizadora de uma “institucionalização do acesso diferencial a bens culturais”, conforme o autor. Seriam, grosso modo, traços singulares da modernização incidindo “por cima” sem eliminá-las das nossas tradições ibéricas sincretizadas, a título de exemplo, no barroco mineiro em um “jogo entre as virtudes naturais do espaço e a vontade política” (BARBOZA FILHO, 2000, p. 396-403). Sim, a política pode contribuir para, e até decidir, a desigualdade cultural.

Como assinalou André Gaio no ainda atual *Narcisos e Jere-mias – A intelectualidade brasileira nas décadas de 80 e de 90* (1993), os intelectuais brasileiros, ao oscilarem entre a contemplação no espelho e a remissão de culpas, acabam por não decidir um

projeto de nação. É possível compreender, por conseguinte, esses signos em rotação desconexa e heterogênea, que são a criminalidade urbana violenta, a desigualdade de classes, a segregação étnica e racial, o preconceito de orientação sexual, o agravamento da pobreza e da miséria em cidades com condições sanitárias também depauperadas, o desrespeito flagrante ao meio ambiente, dentre outros pontos. Pairando, acima, uma mídia constituída por grandes corporações transnacionais e globalizadas que, no plano nacional, comportam-se como se detivessem um ministério sem pasta, cuja “pregação” se dirige a uma audiência quase “autista”.

Essas contradições sumariadas ao longo dessa seção, algumas de *approach* microsociológico, outras cujo alcance é fundamentalmente macrosociológico, compõem o desenho sócio-institucional dos antagonismos entre a **desigualdade cultural** e a **cidadania cultural**. Resta saber<sup>23</sup> se os atores sociais, mais inertes no caso, são excluídos por precarização simbólica e locucional, ou por déficits nos desenvolvimentos de seus juízos ético-morais para com a humanidade, condicionando-se reflexivamente em *habitus* precários, que os expõem ainda mais às mazelas do país, ou se, inversamente, são as referidas precarizações jurídico-políticas e sócio-institucionais na “modelagem” do Estado e do mercado, perpetradas por uma elite que parece se esquecer de que existe futuro, sombrio ou não, que “empurram” os agentes para contextos de exclusão social. Parece inequívoco que a **cultura**, em ambos os extremos dessa dialética, está no âmago do problema. Afinal, lembrava Bourdieu, toda reflexão sociológica é, antes de mais nada, uma operação de problematização.

#### 4 O caso brasileiro como conclusão demonstrativa: uma crítica à produção cultural e à sua agenda

O fenômeno conhecido como convergência dos meios de

comunicação de massa, já sobejamente estudado, propiciou que as empresas transnacionais e globalizadas do setor se transformassem em *enterprise networks*. Essas empresas viraram grandes conglomerados, com cadeias produtivas em escala e diversificação dos serviços em suas operações como indústrias culturais. De canais de televisão, aberta e por assinatura, a jornais e rádios, todos passaram a investir em cinema e teatro, adquirindo salas e teatros ou mesmo sofisticando estúdios e produtoras, assim como passaram a atuar na indústria fonográfica, com produtoras e gravadoras. Mais tarde, já nos anos 1980 (SALGADO, 1995, 2006), sofisticaram-se e expandiram-se no mercado de bens culturais, com editoras que publicavam desde livros, *magazines*, até revistas em quadrinhos e álbuns de figurinhas. O fenômeno não se esgotou: “leviatanicamente”, adquiriram, outrossim, galerias de arte, empresas de marketing, propaganda e publicidade, empresas de recursos humanos, *sites* de informações, entretenimento, notícias e *blogs*, atuando fortemente também no *e-commerce* e no *e-business*, ainda que, no Brasil e em boa parte do planeta, essa última característica não tenha se serializado como se imaginava ou desejava. A operação de diluição das marcações alteritárias da cultura popular continuou através de uma não disfarçada inscrição em uma lógica identitária de proporção industrial, com extensão ao comércio e aos serviços. Esse conjunto de caracteres, diversificado ao máximo no setor de serviços, é gerenciado pelos *tycoons*<sup>24</sup>, essa nova categoria de *entrepreneurs*.

Associam-se a essa cadeia os institutos de pesquisa, com a mensuração criteriosa e sofisticada do mercado e da opinião pública, complementadas pelo refinamento discursivo das técnicas alcunhadas de qualitativas. Permanece a fórmula simplificadora: vende-se mais porque é o que o público quer ou pode consumir, ou o público consome porque é o que vende mais? E permanece também a indagação: assume-se a abstinência a uma pedagogia cultural?<sup>25</sup>

Tudo isso alterou sobremaneira a dinâmica da indústria cul-

tural, no Brasil e no exterior, consolidando o que Renato Ortiz, em mais de uma ocasião, batizou de mundialização da cultura, em direção a um “estilo” ou lógica internacional-modernizante e/ou internacional-popular (ORTIZ, 1988, 1994). Não se trata, aqui, de uma defesa romântica ou nostálgica do pessimismo adorniano, mas apenas a constatação dessa, por assim dizer, “operação” no âmbito da cultura que visa a, na feliz expressão de Luiz Costa Lima, controlar o imaginário. Tampouco se está defendendo aqui que a cultura popular não se insira comercialmente, mas advertindo-se para os processos existentes de forma latente e manifesta nesse mercado de bens simbólicos. As “novidades” que surgem no âmbito da cultura popular, mesmo que realizando um incontestado posicionamento alteritário, podem acabar, nessas operações ideológicas de inclusão, introjetando-se de maneira identitária ao bazar das mercadorias culturais.

Se o país passou, em poucos decênios, de uma cultura oral para uma cultura eletrônica, sem mediação de uma cultura letrada, se se realiza na educação alfabetizações virtuais e iniciações instrumentais no noviciado da rede e da *internet*, é natural que certas padronização e homogeneização ocorram, mesmo que com novas roupagens. O elo que a publicidade faz com o consumo, registre-se, também perpetua os mecanismos supra mencionados, narcotizando e tornando cativos esses mesmos consumidores, como descreveu Maria Arminda do Nascimento Arruda, no sempre atual *A embalagem do sistema* (2004). Não obstante, o aumento do número de crianças e adolescentes que não conseguem, mesmo avançando nas séries para que se evitem as evasões, realizar operações básicas algébricas e também a leitura, compreensão e interpretação mínima de textos, corroborando a hipótese descrita anteriormente de uma fixação no estágio piagetiano das operações formais, ou, com Kohlberg, de um nível pré-convencional, sedimenta a estrada para um consumo conspícuo, pouco criterioso e estereotipado. Esse consumidor cultural pouco

cogita que possa haver vida alternativa ao Domingão do Faustão, às duplas sertanejas histriônicas e desafinadas, aos *best-sellers* ao estilo da vez, isto é, com certa incorporação pseudo-erudita da arte, ou mesmo a obras que romanceiam livremente a vida de filósofos em que, como promete certo título, terminam por ser literalmente “de chorar”.

Tudo isso não significa que esse consumidor seja “idiotizado” ou “mesmerizado”<sup>26</sup> em todos os momentos, ou que o faça por prazer, ainda que seja essa a intenção desse sofisticado mercado de bens culturais. Talvez esse **consumidor cultural não tenha muitas escolhas possíveis ou não saiba como “acessá-las”**. Aberta por excelência e extrovertida, a população brasileira que consome produtos culturais precisa ser apresentada a novas alternativas<sup>27</sup>. Em consonância com o exposto, é preciso examinar criteriosamente a “agenda-setting cultural”<sup>28</sup> perpetrada pelas indústrias culturais transnacionais e mundializadas, acarretando, por conseguinte, mais do que um “controle do imaginário”, como aludido anteriormente, contudo uma “simplificação do imaginário”<sup>29</sup>. Trata-se, portanto, de uma operação de fechamento do universo locucional e, simultaneamente, de **controle cultural**. Há uma morfologia dessa física da cultura, a ser descrita.

Sendo assim, os **jornais**, por exemplo, por apresentarem acentuada queda, mundialmente, nos patamares de leitores, depois de renunciarem a matérias mais analíticas e ao jornalismo investigativo, na década de 1990 e parte do século XXI, pouco a pouco retornam às reportagens, cientes de que o leitor é criterioso e mesmo desconfiado e, talvez, pela aceitação de que uma elite cultural é que realmente os lê<sup>30</sup>. Os jornais brasileiros fizeram concessões excessivas ao parágrafo-frase, aos “drops-frasais” e à matéria com três parágrafos (um introdutório, um funcionando como as antigas “lides”, e um conclusivo, para fechamento da operação cognitiva) e hoje estão presos a essa lógica, com a aceitação de que muitos dos seus quadros já não escrevem tão

bem quanto os antigos, devido aos processos de reengenharia e *downsizings* das redações “invadidas” pelo poder jovem (LAGE, 2006), de veleidades hipermidiáticas e ciberculturais. O fenômeno típico do neoliberalismo, batizado de reengenharia e *downsizing*, também atingiu<sup>31</sup> as **rádios**, que apresentaram enxugamento de quadros, o que resultou na diminuição acelerada das coberturas jornalísticas que efetivamente produzem as notícias, aumentando, inversamente, a aquisição de notícias junto às agências que produzem as mesmas. A institucionalizada prática do “jabá” migrou do executivo da **indústria fonográfica** para as agências de marketing e publicidade, que atuam junto a essa indústria e representam interesses dos **grupos musicais** (pagodeiros, funkeiros, axé music, e congêneres) ou das duplas sertanejas, para os quais cobram, em geral, 20% sobre a receita de CDs, shows, participação em propaganda, *happenings* em festas, e outras atividades que envolvam o império das celebridades e do efêmero, agora personalizado<sup>32</sup>. A regressão da audição, estudada por Adorno em célebre ensaio, transmuta-se para o *entourage* que circunscreve todo o processo.

Talvez percebendo que tipo de consumidor cultural esteja sendo gestado, as programações de algumas **televisões** veem procurando melhorar a qualidade do conteúdo, e não só mais a qualidade plástica da forma de seus programas, em especial das telenovelas e minisséries<sup>33</sup>, ainda que o contraste seja forte se comparado a um telejornalismo que prefigura-se como um conjunto de *fait-divers*, intencionalmente sem sequência lógica, somada à exploração de diversidades e entretenimento escapista, sem falar nos programas com receituário “hipocondríaco” dos domingos à noite, preparatórios para narcotizar a população para a segunda-feira. Mesmo que os “subtextos ideológicos” persistam<sup>34</sup>, é a televisão que realiza a fabricação de *instant-celebrities*, engendrando o nexo reproduzidor para os demais meios de mídia, como se pode atestar pela pauta centrada na saúde e na **corpora-**

**lidade** das *magazines*, repetindo as formulações hipocondríacas, a glorificação da *starlet* da vez, escolhida pela indústria, posto que sem o perceber reforçam a concepção de uma “sociedade depressiva” na qual, segundo dados da OMS, em 2001 (ROUDINESCO, 2000), cerca de 10% da população mundial já passou ou encontra-se em estado de depressão: uma verdadeira pandemia<sup>35</sup>.

O tema da  **fusão de estilos** é outro fator recente. Já abertamente executado na música eletrônica, metamorfoseia-se na fusão de linguagens que contorna **cinema, videoclipe, televisão e publicidade**, como sublinha em correta crítica, posto que amena, Luiz Oricchio no seu estudo sobre a retomada do cinema no “pós era Collor” (ORICCHIO, 2003). A ênfase do cinema no acabamento plástico de inspiração hollywoodiana, na velocidade da linguagem sedutora da publicidade e dos videoclipes, além de uma fotografia que estetiza a pobreza e estiliza a violência, constituem, decerto, uma tendência pouco ou nada tributária do Cinema Novo, marco nacional inovador. Temáticas intimistas também emergiram, gerando o melhor do setor, como o recente *Cão sem dono*, de Beto Brant. A **velocidade** como decorrência da hibridização das mídias atingiu, grosso modo, também o **teatro**, onde grandes elencos e montagens das produções, épicas ou não, nos últimos dois decênios, perderam espaço, ou para um experimentalismo intelectualizado feito para os pares<sup>36</sup>, ou para um modelo extraído do “teatro besteiro!”, onde elencos reduzidos e até individualizados, ou em díades, produzem e mesmo dirigem, participando, evidentemente, dos dividendos de patrocínio, bilheteria e leis de fomento à cultura. A estratégia mercadológica envolve enorme elitização, semelhante à **moda**, e às **artes plásticas** e seu mercado, como apontou Durand em estudo de referência<sup>37</sup>.

Com todo o conjunto de fatores, sumariado anteriormente, não é possível lançar qualquer acusação de certa descaracterização da **cultura popular**, embora, em certo sentido, de fato isso esteja ocorrendo. É simples: seus participantes, compreensivelmente, querem também seu lugar nesse mercado de bens

culturais. Desta maneira, naturalmente o **folclore** e a **cultura popular** sofrem paulatina hibridização, não mais com a cultura vernácula, como quisera Adorno, no entanto com a **cultura de massa** propriamente, em contextos de mercados de segmentações de massa. O caso do **samba**, transformado em **pagode** (e seus “grupos”)<sup>38</sup> é exemplar: o próprio desfile das escolas de samba, espetáculo genuíno de raiz na cultura popular transformou-se em um espetáculo alegórico de artes plásticas populares, “um teatro a céu aberto”, como gostam de dizer os locutores do evento, em que os sambas-enredo viraram marchas, as comissões de frente são capitaneadas por celebridades da dança, as letras dos “sambas” são feitas por um número impressionante de “criadores”, as assistidas são substituídas por “madrinhas” e “rainhas” das baterias que não raro são atrizes de telenovelas ou modelos, e o público das “comunidades” assiste “de longe”, nos setores baratos, já que os principais são reservados aos turistas internacionais, sem falar na maniqueísta divisão camarotes *versus* arquibancadas, reprodutora da lógica da dominação de classes. A lógica estranha não estaciona: ritmo e melodia perdem importância para fantasias e alegorias, sofisticando um concurso popular que assume ares de organização fordista e com quesitos avaliadores de inspiração neodarwinista<sup>39</sup>. Contraventores controlam o espetáculo, com as escolas tradicionais perdendo terreno nas suas compreensíveis tentativas de perpetuar a tradição do gênero, em contraposição a outras, as não-históricas, que entronizaram o *merchandising* no setor. O público já não se preocupa em aprender a cantar o samba mais bonito, mas em escolher a escola mais rica.

A **literatura**, quase sempre retrato e espelho da sociedade, é sintoma da conjuntura descrita em toda essa seção: a **indústria editorial** já é modernizada por fusões internas e externas, e sua agenda segue duas direções. Primeiramente a repetição da fórmula dos *best-sellers*<sup>40</sup>, com a consagração de sucessos efêmeros ou pouco duradouros, com obras com narrativas ágeis e muitos diálogos,

prontas para serem roteirizadas, e a tríade sexo-poder-trama; de outro lado, em segundo lugar, a literatura considerada de “qualidade” passa a privilegiar temas alteritários, que falam dos que “não têm voz” para o público em geral. O modelo tem apresentado bons autores<sup>41</sup>, mas há sinais de esgotamento. Além disso, o escritor como intelectual universal, porta-voz da sociedade, perdeu espaço para o escritor como intelectual específico ou fragmentado, que desnuda em suas metáforas pautas “partidas”, ou fraturadas, da sociedade. Lamentavelmente, a poesia perdeu espaço, com os cadernos de cultura dos jornais se concentrando no conto. Há, ainda, estranhos consensos, como o de que a crônica é um gênero brasileiro, desconhecendo parte da tradição do gênero em outros países<sup>42</sup>. Do ângulo das políticas públicas e sociais para o **livro e o leitor**, como também das políticas públicas para a **indústria e o mercado editorial** e as profissões concernentes à atividade, o país ainda não conseguiu efetuar (exceto para pouquíssimos casos) as propostas lideradas pelo saudoso Ênio Silveira, da antiga editora Civilização Brasileira, denominado *Memorial para o livro no Brasil*, onde longa lista de sugestões e formas de realizá-las foi apresentada ao governo João Goulart - em seus últimos dias -, com a presença do Ministro-Chefe da Casa Civil, o intelectual Darcy Ribeiro. Ênio Silveira o fazia em nome de editores, escritores, tradutores, livreiros, artistas gráficos, distribuidores, enfim, amplo espectro de profissionais. Já se passaram mais de quarenta e três anos, e pelo menos duas gerações de possíveis leitores não foram beneficiados por essa ampla gama de prognósticos e diretrizes (diagnósticos sempre foram feitos).

Por outro lado, se a assim chamada internet, expressão coloquial que substituiu a ideia de rede, propiciou a multiplicação de informações, com **sites de notícias, agências de informação on-line** e com incentivo à participação nas políticas públicas no caso da **governança eletrônica**<sup>43</sup>, essa variedade, expressão ora da liberdade, ora do controle, não é, em nenhuma hipótese, fiadora

da diversificação de informações. As pautas informacionais são cada vez mais próximas e fabricantes de consenso. Denotam, em sentido estrito, falta de imaginação, mas também de pouca apuração de informações<sup>44</sup>.

Como Francisco de Oliveira constatou no ensaio *O ornitorrinco*, que acompanha a sua *Crítica da razão dualista* (2005), a política tornou-se irrelevante. Pior: a política, que antes caminhava de “braços dados” com a cultura, opera uma clivagem em relação a essa, sob o manto inerte da sociedade. Se há um excesso do “simbólico” impregnado nas interpretações, seu vazio de sentido talvez se deva à ausência de política. Combinadas, política e cultura legam à sociedade seu quinhão de utopias.

No seu arguto livro, batizado sugestivamente de *Intelectuais à brasileira* (2001), Sérgio Miceli enfatizou, ao concluir,

[...] os ganhos heurísticos trazidos pela confluência de uma gama diversificada de disciplinas e tradições intelectuais – desde a sociologia e a antropologia, passando pela história social, intelectual e das mentalidades, pela crítica literária, pela filosofia, até as diversas orientações no interior da história da arte [...] (2001, p. 395),

acrescentando, por conseguinte, os enfoques disciplinares complementares como vantagens metodológicas à exploração interpretativa.<sup>45</sup> Com efeito, o autor, que em seus trabalhos sempre demonstrou a preocupação dos intelectuais com a nação e seus diferentes projetos, reiterou o tema em todo o livro, mesmo que alguns ensaios tivessem sido publicados anteriormente.

Em consonância com o exposto no parágrafo anterior e em toda essa argumentação é plausível encerrar esse percurso com a apresentação, como derradeira sugestão, que os intelectuais e os formuladores de políticas públicas e sociais atentem para que, da dialética entre **cidadania cultural e desigualdade cultural**, em plena modernidade tardia brasileira, infelizmente, a segunda

vem se constituindo em síntese superadora.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Como nos trabalhos de Robert King Merton e Karl Mannheim.
- <sup>2</sup> Tendo como ponta-de-lança a revista científica *Social Studies of Science*.
- <sup>3</sup> Karl Popper, ao propor o modelo das ciências físicas e naturais para verificação do conhecimento, através da empiricidade, testabilidade, sistema aberto nas explicações conceituais e categóricas - e não fechado -, possibilidade de tentativa e erro, refutabilidade e contestação, embora argumentasse que tratava-se de um modelo anarquista para pensar a ciência, na realidade realizou, sem intenção explícita, uma contribuição ao positivismo. A célebre crítica de Theodor Adorno, em 1966, no encontro de abertura da Associação Alemã de Sociologia, conhecida como a controvérsia do positivismo na sociologia alemã, “empurrou” Popper para uma posição conservadora.
- <sup>4</sup> O trabalho de Thomas Kuhn, de 1964, *A estrutura das revoluções científicas* (São Paulo, Perspectiva) demonstrou como um paradigma científico emergente pode superar a crise de um paradigma anterior, como reação e, simultaneamente, aceitação, da comunidade dos cientistas, instituindo uma revolução científica, pela adoção consensual de um novo modelo paradigmático.
- <sup>5</sup> Que aparecerão na argumentação de Raymond Williams sobre os Estudos Culturais e a Sociologia da Cultura, como exposto adiante.
- <sup>6</sup> O outro era Richard Hoggart. O grupo também é conhecido como Grupo de Birmingham.
- <sup>7</sup> Ver, para tal, o livro de Patrícia Mattos intitulado *A Sociologia Política do Reconhecimento* (São Paulo, Annablume). A autora trata de outras vertentes e autores (Axel Honneth e Charles Taylor, por exemplo), que muito inspiraram as correntes, respectivamente, multiculturalista e comunitarista (ou comunitariana), mas com muitas noções similares.
- <sup>8</sup> O fenômeno da “diáspora” dos conceitos, categorias, noções, teorias, obras e autores que inspiraram determinadas comunidades intelectuais na Filosofia e nas Ciências Humanas e Sociais atingiu, também, o Grupo de Birmingham, que deixou, por assim dizer, de ser uma referência geográfica para ser uma referência semântica e representacional, tal como acontecera com a Escola de Frankfurt, a Escola de Chicago, a já mencionada Escola de Edimburgo, os Círculos de Praga e de Viena, bem como os Grupos de Oxford e de Bloomsbury, por exemplo.
- <sup>9</sup> A “árvore genealógica” do grupo de Birmingham origina-se dos trabalhos de Matthew Arnold. Além de Williams e Hoggart, dialogaram ou foram diretamente influenciados pela abordagem dos Estudos Culturais: os intelectuais ingleses E. P. Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson e Eric Hobsbawm; os críticos de estética e literatura Terry Eagleton e Stuart Hall; alguns intelectuais ligados às correntes denominadas *new criticism* e *new pragmatism* (os últimos, mais críticos); o centro de pesquisas em mídia batizado de Glasgow Media Group, da universidade da referida cidade; os intelectuais norte-americanos que se reúnem em torno da prestigiosa publicação *New Left Review*; os intelectuais e críticos literários Stanley Cavell, Susan Sontag e Malcolm Bradbury; os críticos e analistas de mídia, Todd Gitlin, Douglas Kellner e John Downing; o sociólogo inglês estudioso do consumo desde o momento em que o tema ainda verdejava, Mike Featherstone; os teóricos norte-americanos que podem arbitrariamente ser classificados como autores de uma “Sociologia da Cultura”, Christopher Lasch, Russell Jacoby, Fre-

dric Jameson, Richard Sennett, Marshall Berman, Bárbara Ehrenreich e Jonathan Crary. Além disso, ocorreram influências recíprocas com os autores da corrente *new journalism*, Gay Talese, Norman Mailer, Seymour Hersh e Bob Woodward, incluindo o inglês Christopher Hitchens; como também da teoria da recepção e do efeito estético, no caso os alemães Wolfgang Iser (falecido em janeiro desse ano) e Hans Ulrich Gumbrecht. Por fim, foram críticos amenos por momentos, ora implacáveis, Edmund Wilson (última fase), Harold Bloom e George Steiner. Certa vertente ligada à corrente, para dissabor de Bloom, ainda assim intitulou-se *Estudos literários (Literary Studies)*.

- <sup>10</sup> André Gaio, no seu livro *Modernismo e ensaio histórico* (São Paulo, Cortez, 2004), interpretando a obra de Adorno (mesmo que a temática do livro seja outra), e em diálogo com esta, recupera a importância do ensaio como gênero textual, pelo, entre outras características, caráter crítico e simultaneamente aberto, autônomo, liberto e inconformista, além do movimento do texto, que pode favorecer a cintilação de certa subjetividade do ensaísta. Ver sequência das páginas 10 a 13.
- <sup>11</sup> No sentido germanístico da expressão *bildung*.
- <sup>12</sup> Raymond Williams faleceu em 1988.
- <sup>13</sup> *Marxismo e Literatura* (Rio de Janeiro, Zahar, 1979), escrita em 1971.
- <sup>14</sup> Irrelevante, na sobejamente conhecida formulação do sociólogo Francisco de Oliveira, no ensaio *O Ornitorrinco*, que acompanha a sua já clássica *Crítica da Razão Dualista* (ed. Boitempo, 2005).
- <sup>15</sup> A diferença central do pensamento de Gumbrecht para os de Jauss e Iser, no que tange ao tema da cultura está na sua propositura de um campo não-hermenêutico, não para eliminá-la (a hermenêutica), mas para coibir o seu excesso. De fato, muitos autores de diferentes correntes, como Banchot, Barthes, Deleuze, Derrida, ou, em outra visada Davidson, Rorty e Mitchell, sem deixar de mencionar etnometodólogos como Garfinkel e Cicourel, também problematizaram o “excesso” do simbólico e da hermenêutica.
- <sup>16</sup> Entre alguns nomes da segunda geração, Gabriele Schwab, Karlheinz Stierle e Karl Ludwig Pfeiffer.
- <sup>17</sup> Na noção de campo estabelecida por Susan Sontag, estilo e gosto, na arte, na estética, bem como na vida, são julgamentos que envolvem os sentidos e os afetos prazerosos, mas também a política.
- <sup>18</sup> A dimensão temporal do *habitus* envolve: hereditariedade cultural, futuro de classe, carreira, trajetória social, duração estrutural, geração social e biografia construída, dentre outros traços.
- <sup>19</sup> Ver, de Piaget, os excelentes *O nascimento da inteligência na criança* e *A formação do símbolo na criança*, ambos editados pela antiga editora Zahar.
- <sup>20</sup> Habermas em *Para a reconstrução do materialismo histórico* e “Consciência Moral e Agir Comunicativo”, e Freitag no seu belo livro – injustamente esquecido - *Itinerários de Antígona – A questão da moralidade*. Referências completas na bibliografia, ao final.
- <sup>21</sup> O parágrafo condensa os seis estádios, expostos na obra clássica de Lawrence Kohlberg, sua *tour de force*, intitulada *Essays on moral development* (San Francisco, Harper & Row). Habermas comenta e utiliza Kohlberg em seus escritos preparatórios para a sua *opus magnum*, a *Teoria da ação comunicativa* (Habermas, 1983, p. 57-69, e 1989, p. 146-164).
- <sup>22</sup> O autor do artigo expôs o argumento do universo locucional em fechamento, a partir de Marcuse, dentre outras considerações em *Fabulação e fantasia – O impacto da hipermídia no universo simbólico do leitor* (Juiz de Fora, Ed. da UFJF, 2006).

- <sup>23</sup> E isso seria um tema para outro estudo.
- <sup>24</sup> Os tyccons podem ser os proprietários desses conglomerados ou mesmo seus principais executivos.
- <sup>25</sup> Em *Fabulação e fantasia – O impacto da hipermídia no universo simbólico do leitor*, esse autor defende, para as políticas públicas e sociais atinentes à cultura, a figura do **preceptor cultural**, um agente social ou *social operator*, **que pode e deve ser um professor – de qualquer disciplina – ou também um agente comunitário**, que receba treinamento público e social para apresentar novas cartografias intelectual-culturais à população. O objetivo é demonstrar que “outros mundos” culturais são possíveis.
- <sup>26</sup> É conhecida a passagem em que um famoso âncora de telejornal batizou o telespectador brasileiro como uma espécie de Hommer Simpson, em alusão ao caseiro (*homer*) e simplório, bem como sua família (Simp-sons) personagem de um desenho animado, sublinhe-se, **que é sucesso mundial de audiência**.
- <sup>27</sup> As exceções à regra apresentam notáveis resultados: de fato, o PIB cultural do Estado da Bahia é superior ao PIB do turismo, em um Estado cantado em prosa e verso por suas belezas naturais.
- <sup>28</sup> A expressão pode designar o acoplamento de uma agenda para o consumo cultural ao fenômeno de opinião pública conhecido como agenda-*setting*.
- <sup>29</sup> Se o imaginário está simplificado, mas também controlado, essa dialética torna-se ainda mais aguda, ao explicitar o antagonismo, descrito na introdução desse artigo, **entre cidadania cultural e controle cultural**.
- <sup>30</sup> O interessante diálogo de abertura, em tom ficcional, no livro de Ricardo Noblat acerca da arte de se fazer um jornal diário é ilustrativo (Noblat, 2003).
- <sup>31</sup> Atualmente é possível terceirizar a programação e “fazer” uma rádio com uma ou duas pessoas.
- <sup>32</sup> Embora existam exceções, como o *rapper* MVBill, esses conjuntos empresariados “por dentro” e “por fora” da estrutura dessas indústrias não demonstram muitas preocupações com a qualidade das letras musicais, **já que almejam atingir o sucesso instantâneo, mesmo que efêmero ou pouco duradouro**. Assim, em letras coalhadas de expressões grotescas e banalizadas, além de aberto preconceito contra as mulheres e os homossexuais, realiza-se uma afirmação masculina fálica e não genital. Também não se contribui para a saída do receptor desses produtos de uma etapa pré-convencional.
- <sup>33</sup> Como na mais recente, inspirada na monumental obra literária *Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna.
- <sup>34</sup> A acusada de assassinar os pais tratada como “adolescente que supostamente matou...”, enquanto que um garoto da favela, no mesmo programa, é denominado “menor infrator”, sem inicial de acusação legal oficializada.
- <sup>35</sup> Os números são alarmantes para que a mídia os reforce: a pandemia é a generalização pouco controlada da epidemia, que, por si só, já é a exponencialização da endemia.
- <sup>36</sup> O que também ocorre na vida acadêmica.
- <sup>37</sup> Um dos capítulos da obra *Estado e cultura no Brasil*, organizada por Sérgio Miceli. O clássico, na música e na arte, é o maior perdedor dessa estratégia mercadológica, o que pode ser confirmado pelo aumento do número de tenores buscando inserir-se no mercado da música pop.
- <sup>38</sup> Com as exceções de praxe, como Paulinho da Viola e Martinho da Vila.
- <sup>39</sup> Como também é neodarwinista a lógica do vencedor e dos *losers* por trás dos *reality-shows*, como o Big Brother Brasil, sucesso de audiência na televisão mundial, programa destinado a glorificar quem tem o caráter menos deformado, em busca

da lei do menor esforço para obtenção fácil do capital.

<sup>40</sup> Estudada em obra por Muniz Sodré, intitulada *Best-Seller: A Literatura de mercado*.

<sup>41</sup> Férrez e Paulo Lins, por exemplo.

<sup>42</sup> Casos de Inglaterra, França e Estados Unidos.

<sup>43</sup> Ver, sobre o tema, a dissertação de mestrado de Sara de Moraes, intitulada *Governo Eletrônico – Liberdade e controle*, defendida em 2007 no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora,

<sup>44</sup> Atualmente, 80% de tudo o que circula na rede é controlado por 20% das corporações transnacionais. A rede, por assim dizer, se **naturalizou**.

<sup>45</sup> O que, em parte, procurou-se realizar nesse ensaio.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER Max. A indústria cultural. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Tradução Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. Tradução Magda França. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **O ensaio como forma**. Tradução Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 54).

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A embalagem do sistema – a publicidade no capitalismo brasileiro**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício – Iberismo e Barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BASTOS, Elide Rugai et al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1988.

BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Distinction – A social critique of judgement of taste**. Lonfon: Routledge and Kegan Paul, 1986.

\_\_\_\_\_. **O campo científico**. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

CARVALHO, Nelly. **Publicidade – A linguagem da sedução**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Tradução Peter Pat Pelbare. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998. (Coleção Trans).

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção Trans, 1).

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução Mauro Sá Rego da Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993a.

\_\_\_\_\_. **A ideologia da estética**. Tradução Sandra Castello Branco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993b.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Tradução Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução Selma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona** – A questão da moralidade. Campinas: Papyrus, 1992.

GAIO, André Moysés. **Modernismo e ensaio histórico**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. Narcisos e Jeremias os intelectuais brasileiros e a crise nacional nas décadas de 80 e 90. In: BESSA, Pedro Pires (Org.). **Integração latino-americana**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 1993.

GAY, Peter. **O século de Schnitzler** – A formação da cultura de classe média (1815-1914). Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. **Local knowledge** – Further essays in interpretative Anthropology. London: Basic Books, 1993.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Corpo e forma** – Ensaios para uma crítica não-hermenêutica. Tradução Heloisa Toller Gomes, João Cezar de Castro Rocha e Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Modernização dos sentidos**. Tradução Lawrence Flores Pereira. Rio de Janeiro, Editora 34, 1998b.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre factividade e validade. Tradução F. B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988. 2 v.

HAMBURGUER, Esther. Indústria Cultural Brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré; Brasília: ANPOCS, 2002. v. 4.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Tradução Johannes Kretschner. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção Teoria, 1).

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **O inconsciente político**. A narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Léllis Siqueira. Revisão de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 1992.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2002.

KNORR-CETINA, Karin. **The manufacture of knowledge**. An essay on the constructivist and contextual nature of science. Oxford: Pergamon Press, [20--?].

KOHLBERG, Lawrence. **Essays on moral development**. San Francisco: Harper and Row, 1980.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

LATOUR, Bruno. **Science in action**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1987.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**. The social construction of scientific facts. London: Sage Publications, 1981.

LUNN, Eugene. Beyond mass culture. **Theory and Society**, New York, vol. 19, ed. 4, p.76, Out./Dec.1990.

MACHADO, Mário Brockmann. Notas sobre Política Cultural no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL: IDESP, 1984.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Idéias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais- BIB**, São Paulo, n. 62, p. 87, 2. sem. 2006.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. Tradução Roberto Gambi. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Estudos, 32).

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. O homem unidimensional. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. Rio de Janeiro: Summus, 2005.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2006.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo**. Um balanço crítico da retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIAGET, Jean. **A construção do símbolo na criança**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da inteligência infantil**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROUDINESCO, Elizabeth. A sociedade depressiva. In: \_\_\_\_\_. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SALGADO, Gilberto Barbosa. Teorias jurídico-políticas e sociedade civil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Fabulação e fantasia.** O impacto da hipermídia no universo simbólico do leitor. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. **O imaginário em movimento.** Crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994). 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1995.

SONTAG, Susan. **A vontade radical.** Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Contra a interpretação.** Tradução Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L & PM, 1983.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **A modernização seletiva.** Brasília: Editora UnB, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Tradução Leonardo Avritzer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e literatura.** Tradução Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global**. Nacionalismo, globalização e modernidade. Tradução Attilio Brunetta. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura**. Tradução Marie Anne Kremer. Petrópolis: Vozes, 2004.

Recebido em: 2 de setembro de 2009.

Aprovado em: 27 de outubro de 2009.